

Reunião entre credores e devedores, só em 85

O Itamaraty só espera para o próximo ano uma reunião entre países credores e devedores com o objetivo de acertar pontos ligados ao endividamento de nações da América Latina. A previsão foi feita ontem por um dos principais assessores do chanceler Saraiva Guerreiro para assuntos econômicos. Ele admitiu que a previsão era apenas um palpite, porque ainda não existe nenhuma data mais concreta a respeito daquele possível encontro. A fonte acha, porém, que os países ricos se dispõem ao diálogo e já estariam fornecendo alguns "sinais positivos" nesse sentido.

O assessor de Guerreiro concorda que a eleição presidencial nos Estados Unidos, em novembro, é uma das razões que impedem a reunião entre ricos e pobres a curto prazo. Existe a intenção, também, de "preparar com cuidado o encontro", para que ele possa ter um mínimo de êxito.

A fonte diplomática garantiu que o governo Figueiredo está "empenhado em legar, ao próximo governo, uma preparação cuidadosa de medidas relativas à dívida externa". Disse que os dois candidatos, Tancredo Neves e Paulo Maluf, coincidem na necessidade de adotar uma "linha de atuação firme" perante o problema. "Não fazemos nada que possa prejudicar ou comprometer o futuro governo, ao contrário", lembrou a fonte.

O alto assessor do Itamaraty manifestou a expectativa brasileira em relação ao encontro que será realizado dias 13 e 14 deste mês na cidade argentina de Mar del Plata, incluindo os onze países que estiveram reunidos em Cartagena: Brasil, Argentina, México, Venezuela, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Chile, Uruguai e República Dominicana. Segundo o governo Figueiredo, em Mar del Plata haverá "um encontro de avaliação sobre o quadro geral que se seguiu ao encontro de Cartagena e ao consenso lá alcançado".

Um dos pontos principais a serem discutidos na Argentina será a implementação do artigo 23 do documento de Cartagena, que prevê uma reunião futura entre países credores

e devedores. Por que os devedores desejam também um diálogo direto governo-a-governo, além da utilização dos mecanismos privados existentes? — Perguntou o assessor. E respondeu: "Isso é consequência de um certo descontentamento pelos resultados obtidos por meio desses fóruns, que geralmente têm uma visão limitada, setorial do problema. Diálogo sempre houve, Sempre debatemos no FMI e outros órgãos. Mas algumas das questões que mais nos preocupam vêm sendo discutidas há décadas, sem nenhum resultado concreto. É necessário sair dos casuísticos e ver os demais aspectos do problema".

Em Mar del Plata, os 11 de Cartagena desejarão, igualmente, discutir uma estratégia comum para atuar em próximas e importantes reuniões internacionais, como no encontro do Banco Mundial e na Assembleia-Geral das Nações Unidas.

POLÍTICA DOS DEVEDORES

O Brasil tem condições de liderar, com o apoio do México, da Argentina e da Venezuela, uma ação política uniforme dos países devedores para mudar o esquema de renegociação da dívida externa e obter espaço para a retomada do crescimento econômico, afirmou ontem o ex-presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni.

"É impossível administrar a economia brasileira, diante das incertezas impostas pela política econômica norte-americana e seus reflexos sobre o serviço da dívida externa" — ressaltou Langoni. Por isso, defendeu prioridade, na nova rodada de negociações com os credores, a discussão da questão crucial dos juros e a sua capitalização parcial, até como forma de obter o avanço político do deslocamento do centro de decisões das mãos dos banqueiros para as autoridades dos países devedores.

EMENDAS E PROJETOS

O senador Henrique Santillo (PMDB-GO) apresentou ontem, durante a sessão do Senado, três propostas de emendas constitucionais, dois projetos de lei e dois projetos de resoluções, todos destinados, como afirmou, a restabelecer prerrogativas do Congresso Nacional.